

DESIGUALDADE SOCIAL, RACISMO E DISCURSO: A CIRCULAÇÃO DA FÓRMULA CONSCIÊNCIA NEGRA

HELIO OLIVEIRA*

RESUMO: Este trabalho analisa a circulação da fórmula “consciência negra” no universo discursivo brasileiro contemporâneo, restringindo-se a um *corpus* constituído de textos oriundos do campo jornalístico informacional que retomam, reformulam ou combatem a fórmula em questão. O objetivo é investigar, a partir de procedimentos teórico-metodológicos da análise do discurso, especificamente aqueles relativos ao funcionamento das fórmulas discursivas, em que medida as demandas do movimento negro são re(a)presentadas pelas mídias do campo mencionado, tendo em vista as ocorrências da fórmula. Os resultados apontam para uma suposta invisibilidade da violência racial e para a atribuição de desigualdade socioeconômica como origem e causa das práticas racistas, nas poucas vezes em que estas últimas são mencionadas.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Racismo; Fórmula discursiva.

ABSTRACT: This paper analyzes the circulation of the formula “black consciousness” in the Brazilian discursive universe, restricted to a corpus composed of texts from the informational journalistic field. The aim is to investigate, from the theoretical and methodological procedure of discourse analysis, how media above mentioned (re)presents the black movement demands. The results present a supposed invisibility of racial violence problems and the placement of socioeconomic inequality as the source and cause of racist practices, in the few times these are mentioned.

KEY-WORDS: Discourse; Racism; Discursive formula.

INTRODUÇÃO

Em abril de 2015, foi lançado em São Paulo o documentário “USP 7%”, que retrata a irrisória taxa de alunos negros oriundos de escolas públicas matriculados em uma das maiores universidades brasileiras, reconhecida por sua excelência, mas também pela presença massiva de uma suposta elite branca – cenário semelhante ao de outras grandes universidades públicas do país. Além de variadas questões relacionadas ao racismo e à segregação étnica, o documentário produzido por Daniel Mello e Bruno Bocchini aborda a polêmica introdução de cotas para vestibulandos negros. O principal argumento de quem defende a política de cotas

* Doutorando em Linguística na UNICAMP, membro do Centro de Pesquisas FE&TA (Fórmulas e Estereótipos: Teoria e Análise) e bolsista BEPE/FAPESP (Proc. 2015/19670-1) no Centre d’Étude des Mouvements Sociaux, na École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris. helio.sjbv@gmail.com

raciais é que os jovens negros em sua quase absoluta totalidade vêm de classes econômicas mais baixas e, portanto, não têm acesso à educação de qualidade necessária para competir com os demais concorrentes.

Essa ideia, que alguns consideram uma espécie de política “compensatória”, (frequentemente, militantes do Movimento Negro recusam o termo “assistencialismo”, fato que será comentado doravante), parece ser o cerne do discurso que apresenta o racismo como fruto das desigualdades sociais e econômicas. A questão da (des)igualdade aparece inclusive em um comentário de Daniel Mello, transformado em manchete no site de notícias G1¹, e em slogan da produção: “Só há mérito com igualdade”.

O artigo que segue tem como objetivo explorar essa relação (em geral concebida como causa e consequência, respectivamente) entre desigualdade social e racismo, mas também outros posicionamentos, eventualmente contrários à concepção de que a desigualdade socioeconômica estaria na origem do racismo, tendo em vista a circulação da fórmula “consciência negra” pelo espaço público brasileiro contemporâneo. Há, inclusive, posicionamentos que, em princípio, se apresentam como apoiadores do movimento da consciência negra, mas que, de fato, pouco representam os temas caros à militância em questão ou, ainda, se apresentam como supostamente neutros, malgrado a impossibilidade de sustentar essa neutralidade, tendo em vista o funcionamento dos discursos. O *corpus*² é constituído de textos de diversos gêneros, oriundos do campo jornalístico-informacional, e a metodologia diz respeito aos procedimentos teóricos e analíticos da Análise do Discurso (AD). O principal interesse é analisar em que medida a fórmula – por sua própria natureza como referente social, como um “lugar” de confronto de posicionamentos e como foco de discursivizações – se constitui como participante essencial do debate sobre o racismo e contribui, assim, para a emergência de um discurso que legitimamente represente as demandas do(s) movimento(s) negro(s), reconhecido como tal por esses movimentos, ou seja, um “discurso negro”.

1. RACISMO “À BRASILEIRA”

“País do samba” e “país do carnaval” são dois bem conhecidos estereótipos do Brasil em que a figura do negro ocupa um lugar de destaque – seja na recorrente imagem do sambista com seu pandeiro, seja na ala das baianas ou da rainha da bateria. A presença marcante dos povos negros desde o período de colonização, com ampla influência sobre a língua, a culinária, a música e as festas populares, levou à crença de que não haveria racismo no país. Um exemplo hodierno da materialização desse discurso é a publicação do livro “Não somos racistas”,

¹ Disponível em <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/04/so-ha-merito-com-igualdade-diz-diretor-de-filme-sobre-o-negro-na-usp.html>> Acesso em 05/03/2016.

² Trata-se do recorte efetuado a partir de um corpus maior, no âmbito de uma pesquisa desenvolvida com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (proc. 2014/00092-5).

de Ali Kamel, diretor do jornalismo da Rede Globo de Televisão. Para muitos antropólogos, o mito da “democracia racial” é um elemento fundador da identidade nacional (notadamente, FREIRE, 1933; AZEVEDO, 1953; SKIDMORE, 1974). Retornando aos estereótipos, parece digno de nota o fato de que o negro aparece sempre atrelado a cenários folclóricos e populares, mas raramente (nunca?) aos campos acadêmico, intelectual e político, por exemplo.

Embora negados, os casos de discriminação racial são diuturnos, e vão desde a recusa de taxistas pararem para que negros embarquem (conforme experiência divulgada pelo *rapper* Emicida³) à morte do pedreiro Amarildo de Souza⁴, torturado e executado por policiais do Rio de Janeiro, participando das estatísticas que indicam que mais de 77% das vítimas de homicídios são negros⁵.

Algumas conquistas apontam para um cenário menos assustador (mas não menos complexo), como o estabelecimento de políticas de cotas para afrodescendentes em vestibulares e concursos públicos, eventos de “beleza negra” (um deles acontece na maior feira Latino Americana de cultura Afro, a Feira Preta, em São Paulo), concursos de “cultura e arte negra” (por exemplo, o Prêmio FUNARTE de arte negra), uma Secretaria Federal de Política de Promoção da Igualdade Racial, além de diversas associações que se declaram inseridas no “Movimento Negro” (MN). Existe uma instituição de ensino superior que se autodenomina “universidade negra”, a primeira da América Latina e uma das únicas no mundo idealizada, gerida e voltada ao público negro (a UNIPALMARES), localizada na cidade de São Paulo, em funcionamento desde 2003. Há a Lei 7.437/1985 que criminaliza atos resultantes de preconceito racial, o Estatuto da Igualdade Racial promulgado em 2010, e a Lei 12.519/2011 que institui o Dia Nacional da Consciência Negra, também chamado de “dia do orgulho negro”⁶.

Ainda que haja essa ampla discursivização que dá a ver as condições do negro no espaço social brasileiro, prevalece a invisibilidade de suas demandas. Segundo sociólogos contemporâneos (GUIMARÃES, 2009; SCHWARCZ, 2012, por exemplo), assumir o racismo como crime não soluciona a problemática, apenas a desloca, diluindo-a na seara das interações cotidianas. Van Dijk, mais próximo dos estudos do discurso, partilha essa perspectiva, afirmando que as desigualdades na interação diária com os indígenas e com os negros em muitas sociedades atuais têm sido atribuídas à classe social e não à questão racial, sem que se investiguem extensivamente as várias raízes da desigualdade de classe e de pobreza (VAN DIJK, 2008:13). Vem deste autor a definição de racismo com a qual operamos, qual seja:

³ Cf. <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/07/doi-negros-e-a-recusa-de-um-taxista-aconteceu-com-emicida/>> Acesso em 03/03/2016.

⁴ Cf. <http://observatorioidaimprensa.com.br/interesse-publico/a_banalidade_do_mal/> Acesso em 03/03/2016.

⁵ Dados da *Anistia Internacional*, disponível em <<https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegro vivo/>> Acesso em 03/03/2016.

⁶ As formulações aspeadas acima (“beleza negra”, “arte negra”, “orgulho negro”, além de outras, como “negritude”) são traços essenciais na constituição da fórmula “consciência negra”, cuja gênese não será abordada aqui, mas em relação à qual remetemos a leitura de OLIVEIRA & SALGADO (2016), no prelo.

Racismo é essencialmente um sistema de dominação e desigualdade social. Na Europa, nas Américas e na Austrália, isso significa que uma maioria (e, às vezes, uma minoria) “branca” domina minorias não europeias. A dominação, por sua vez, se define como um abuso de poder de um grupo sobre outro e está representada por dois sistemas inter-relacionados de práticas sociais e cognitivas diárias: de um lado, por várias formas de discriminação, marginalização, exclusão ou problematização; do outro, por crenças, atitudes e ideologias preconceituosas e estereotipadas. Estas últimas podem ser consideradas, de muitas maneiras, “razões” ou “motivos” para explicar ou legitimar as primeiras (2015: 33).

Partilhamos a perspectiva de Van Dijk, para quem “muitas práticas de racismo cotidiano (...) precisam ser explicadas discursivamente, tendo em vista o papel do discurso na reprodução dessas práticas” (2008: 17).

Dessa perspectiva, assumida aqui no quadro teórico da análise do discurso, trata-se de uma relação fundamentalmente discursiva, que deriva do funcionamento de uma memória interdiscursiva atravessada pelo condicionamento histórico de práticas que atualizam o racismo, ainda que revestido de nova aparência.

Na conjunção desses aspectos, reforça-se a ideia de que

as práticas discursivas não são monolíticas e uniformes; sua heterogeneidade é constitutiva: as práticas discursivas delimitam-se no encontro, no confronto com outras práticas discursivas, e é dessa dinâmica que relevam os discursos. No interdiscurso, dizeres contemporâneos, que se compõem irredutivelmente também de sua historicidade, tocam-se, contagiam-se, repelem-se, distorcem-se, interpenetram-se... (SALGADO, 2015: 184,185).

Nesse sentido, a noção de fórmula se apresenta como uma produtiva entrada para pesquisas que visam a abranger a dimensão discursiva de fenômenos complexos como o funcionamento do racismo. Trata-se de um quadro teórico e, ao mesmo tempo, metodológico: recorrendo aos princípios implicados para caracterizar, isolar e descrever o funcionamento de uma determinada fórmula, o analista tem condições de lidar com *corpora* bastante amplos e heterogêneos, uma vez que a fórmula condensa discursos. A procura pelas especificidades de uma determinada fórmula leva a sucessivos recortes e filtragens do material, o que colabora para delimitação e constituição do *corpus*, organiza os dados para a etapa de análise (aquí descrita em etapas subsequentes por força da abstração requerida pelo texto acadêmico, mas que, na prática, consiste de frequentes movimentos de ida e vinda entre o *corpus* e os textos teóricos, entre análise e reorganização constante do *corpus*) e promove a abordagem típica da AD, denominada por Angermuller (2013, p. 60) de formal-qualitativa (ou *quasi-qualitative approach*), cujo objetivo é decompor um objeto complexo para pôr em evidência seus menores elementos constitutivos e seus mecanismos organizadores. De acordo com este autor, a multiplicidade de fenômenos empíricos deve ser, pelo menos idealmente, reduzida a algumas regras de produção fundamentais. Assim, em suas palavras, em vez de procurar reconstruir o estoque de conhecimento compartilhado socialmente (“o que?”), a pesquisa de caráter discursivo se interessa pelas regras e mecanismos do processo discursivo (“como?”). É preciso, então, ainda de acordo com Angermuller, procurar no texto traços dos discursos que o constituíram e que continuam funcionando, ou seja, cabe ao analista do discurso examinar o dispositivo de enunciação que liga certa organização textual a um lugar social determinado.

2. UMA FÓRMULA PARA SE DISCUTIR O RACISMO

Na apresentação de uma coletânea de textos sobre fórmulas, Motta e Salgado (2010) explicam que toda fórmula discursiva⁷ comporta uma densidade histórica que se presentifica na sua circulação, apoiada em pré-construídos e voltada para novas construções. As autoras acrescentam que

Mesmo que se pense em termos de cristalização, não será o caso de ver aí algo imóvel ou imutável. Todo dizer é movimento e, quando cristalizado, faz-se nó em uma rede – não um ponto final, não um ponto isolado, mas ponto nevrálgico, lugar estratégico na dinâmica histórica que o institui e salienta. E tal “saliência” tem a ver com as polêmicas em foco numa dada comunidade discursiva, com as crenças que as sustentam, com os discursos que as alimentam e que podem também transformá-las (MOTTA e SALGADO, 2010, apresentação).

Definida como “um conjunto de formulações que, pelo seu emprego em um momento e em um espaço público dados, cristalizam questões políticas e sociais” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.09), a fórmula discursiva apresenta uma situação em que há um significante partilhado, mas com seu significado disputado. É porque se constitui num “problema” – ao funcionar como portadora de um valor de descrição dos fatos políticos e sociais – que a fórmula é objeto de polêmicas variadas. Segundo Krieg-Planque,

A fórmula é portadora de questões sócio-políticas. (...) põe em jogo os modos de vida, os recursos materiais, a natureza e as decisões do regime político do qual os indivíduos dependem, seus direitos, seus deveres, as relações de igualdade ou de desigualdade entre cidadãos, a solidariedade entre humanos, a ideia que as pessoas fazem da nação de que se sentem membros (2010, p. 100).

Um exemplo de como “consciência negra” põe em jogo os modos de vida e a “ideia que as pessoas fazem da nação de que se sentem membros” diz respeito à polêmica segundo a qual não haveria qualquer necessidade de um movimento social que lute pela instauração da “consciência negra” no Brasil, uma vez que não existiria racismo ou segregação racial no país, conforme os excertos abaixo (destaques nossos):

E1: O problema de haver um dia para comemorar a “consciência negra” reside no fato de que se está promovendo uma distinção que separa as pessoas pelo critério da cor. Por esse princípio seria natural haver o “dia da consciência branca”, ou da “consciência cabocla”, ou “quase negra”, ou “amarela” etc. Consciência não tem cor. (...) Do ponto de vista coletivo, podemos ter o patriotismo, que é o sentimento de pertencimento e de **unidade** experimentado por pessoas que dividem uma formação histórica. É, portanto, uma **soma**. Não pode haver, nesse grupo, uma categoria especial, pois **todos se igualam** na condição de brasileiros. (...) Não há impedimentos legais para que um negro ou um amarelo tenham **acesso a qualquer bem ou direito**, ou que privilegiem um branco, garantindo-lhe regalias⁸.

⁷ Diversas análises podem ser encontradas no número especial da Revista Repères-Dorif, dedicado ao estudo de fórmulas discursivas, disponível em versão online em: <www.dorif.it/ezine/ezine_articles.php?art_id=177>

⁸ Disponível em: <<http://www.jangadeiroonline.com.br/blogs/wanderley-filho/cultura/consciencia-nao-tem-cor/>> Acesso em 20/12/2013.

E2: Num país em que milhões de brancos são pobres e enfrentam as **mesmas** agruras dos negros pobres, instituir políticas de preferência racial, em vez de garantir educação de qualidade para **todos os pobres** e dar a eles a oportunidade para que superem a pobreza de acordo com seus méritos, é se arriscar a pôr o Brasil na rota de um pesadelo: a eclosão do ódio racial, coisa que, até aqui, não conhecíamos. Quando **pobres brancos, que sempre viveram ao lado de negros pobres**, experimentando os **mesmos** dissabores, virem-se preteridos apenas porque não têm a pele escura, estará dada a cisão racial da pobreza, com consequências que a experiência internacional dá conta de serem terríveis⁹.

Esses dois excertos remetem ao mesmo posicionamento, que pode ser caracterizado como típico de um discurso contrário ao movimento (e ao feriado, e à celebração) da consciência negra. Aparece nos enunciados a mesma unidade lexical, “igualdade”, funcionando à semelhança de um sema¹⁰, tanto no discurso pró-movimento negro quanto no discurso antagonista. A diferença é que em cada um desses discursos “igualdade” significa de maneira bem diferente. À guisa de comparação, retomamos o *slogan* do documentário sobre cotas mencionado no início, aqui considerado como excerto 3:

E3: “Só há mérito com igualdade”.

Em **E3**, a oposição se dá entre igualdade (de condições de acesso à universidade pública) versus “meritocracia” (evocado, nesse caso, pela falácia de que o acesso é livre a todos pela via do mérito pessoal). Esses enunciados em que o mérito pessoal não corresponde à igualdade de condições de acesso se repetem ao longo do documentário a propósito do qual o *slogan* foi lançado. Trata-se do mesmo argumento, cuja representatividade está presente no *slogan*. A igualdade requerida pelos militantes do movimento negro se daria pelo reconhecimento de que há uma distância entre o acesso de brancos e de negros ao ensino superior, intransponível senão por ações afirmativas na forma de leis. Nesse sentido, seria preciso reconhecer as diferenças (histórico-sociais e econômicas, que não se resumem à mera cor da pele, mas que passam por ela) para que fossem instauradas medidas e ações específicas e então se possa, pelo menos idealmente, almejar e falar de igualdade.

Em **E1** e **E2**, diferentemente, a igualdade aparece para justificar o argumento exatamente oposto: seria preciso negar as diferenças (que aqui se resumem à cor da pele, além de não se mencionar o abismo social e econômico que há entre negros e brancos, estatisticamente demonstrado por diversas pesquisas contemporâneas) para que então houvesse (“automaticamente”) igualdade social. As palavras que representam o investimento semântico do (suposto) sema /igualdade/ em **E1** e **E2** estão em negrito (predominância dos pronomes “todos” e “mesmos”, e formulações como “sentimento de unidade”, “soma”, “todos se igualam na condição de brasileiros”, “mesmas agruras”, “mesmos dissabores” etc.), enquanto as palavras que marcam o discurso combatido, rejeitado, aparecem sublinhadas, colocando

⁹ KAMEL, Ali. **Não somos racistas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

¹⁰ Conforme proposto por Maingueneau (2008 [1984]), um “sema” representa a exploração sistemática de um mesmo núcleo semântico que caracteriza a identidade (a grade semântica global) de um discurso. A partir de seus semas, um discurso produz constantemente simulacros daquele discurso que se elege (empírica ou virtualmente) como seu antagonista, ou seja, seu Outro constitutivo.

o (suposto) sema /diferença/ em um registro negativo, um simulacro do discurso pró-cotas e pró-consciência negra (a consciência negra seria “um problema”, “uma distinção que separa as pessoas”, acarretaria “preferência racial”, “cisão racial” e o advento de “privilégios” e “regalias”). Ao resumir as demandas do movimento negro à seara da desigualdade econômica, o discurso anti-consciência negra dissolve as especificidades do MN, uma vez que todos os pobres padeceriam dos mesmos impedimentos. Da mesma forma, ao resumir as diferenças apenas à questão da cor, recusando até mesmo a enunciação da formulação “consciência negra”, esse mesmo discurso opositor pretende apagar aquilo que identificaria sobremaneira a identidade do MN em sua essência, a presença e a aceitação do negro na sociedade. Merece destaque o fato de que os sentidos ligados à “diferença” estão no registro positivo do discurso do MN, uma vez que marcar e, eventualmente, impor as diferenças é uma das bandeiras do movimento (remetemos aqui a conceitos conhecidos internacionalmente, mas aos quais não nos deteremos, como “orgulho negro”, “*black power*” e “*black is beautiful*”).

No intuito de resumir esses dois discursos em franca oposição, pode-se dizer que, para os adversários do dia da consciência negra, ações afirmativas produzem racismo e o racismo causa (e agrava) a desigualdade social. Para os defensores da consciência negra, é o racismo que causa as desigualdades sociais e que perpetua essa condição.

Esse é um dos motivos pelos quais o MN rejeita o termo “assistencialismo” e afins, como “ação/política assistencial(ista)”, “ação/política compensatória” (embora este último apareça eventualmente no registro positivo do discurso do MN). Isso implicaria restringir as demandas dos negros na instância dos problemas sócio-econômicos, o que significaria “aceitar” o pressuposto de que o problema seja oriundo da classe social somente. Para o MN, políticas assistenciais são sim necessárias, mas no bojo de “ações afirmativas” que visem a não apenas compensar injustiças históricas cometidas contra os povos negros, mas a todo um processo de disseminação e aceitação da cultura negra e da presença do negro no espaço social. Garantir o acesso do negro à universidade não é suficiente para legitimar sua presença ali. Exemplo disso é o depoimento, no documentário “USP 7%”, da estudante Mônica Gonçalves, impedida de entrar no prédio da faculdade de medicina da USP, mesmo apresentando suas credenciais de aluna, o que ela própria atribui ao fato de ser negra.

Dessa forma, enunciar “política compensatória” continua próximo de “política assistencial(ista)”, enquanto enunciar “ação afirmativa” permite escapar da oposição entre ricos e pobres, oposição aparentemente incapaz de abarcar toda a complexidade implicada pelas práticas racistas.

Essa seleção do que pode ou não ser dito por cada um dos posicionamentos não corresponde a uma suposta “consciência linguística” ou cognitiva do próprio indivíduo, mas é instaurada pela coerção das formações discursivas em funcionamento, e marca a inserção dos atores sociais a um ou outro discurso. Trata-se de um efeito da semântica global já mencionada, que pode se manifestar na forma de uma competência discursiva, que leva a sempre enunciar a partir de seus próprios semas e do conjunto lexical que deles derivam. Não se recusa (ou apoia) apenas a fórmula, mas toda uma série de unidades lexicais que coocorrem em sua circulação.

Ao mesmo tempo, a enunciação que visa a explorar o núcleo semântico ocupado, por exemplo, por “consciência negra”, permite identificar o caráter polêmico da fórmula, conforme assinala Krieg-Planque (2010, p. 101): “A polêmica pode se efetuar ao modo da injunção de proferimento e ao da recusa de enunciar”. A autora cita como exemplo os militantes em favor da regularização de estrangeiros em situação irregular, na França dos anos 90, que impuseram aos jornalistas e comentaristas o uso da formulação “*sans-papiers*” (“sem-documentos”) em detrimento do termo “clandestinos”.

3. DOIS DISCURSOS EM “APOIO” À CONSCIÊNCIA NEGRA

Diferentemente dos dois discursos brevemente analisados acima, contra e pró consciência negra, identificaram-se divergências no âmbito do que seria classificado, *a priori*, como o mesmo discurso em apoio ao dia da consciência negra. A ausência de textos representativos do MN na grande mídia jornalística (jornais e revistas de grande circulação, em suas versões impressas e digitais) foi o que levou às primeiras hipóteses nesse sentido. A dimensão discursiva da fórmula, aliada à cristalização relativamente estável de sua estrutura, levam-na a circular de maneira abundante pelo espaço social, atravessando diversos campos discursivos. Entretanto, o campo jornalístico-informacional se apresenta como um dos espaços mais importantes a ser ocupado pelas fórmulas, no sentido atingirem a dimensão pública dos debates e se constituírem como referente social, especialmente no caso de “consciência negra” e das questões relativas ao racismo. Para Van Dijk (1991, p. 253), “o papel da imprensa na reprodução do racismo na sociedade não pode mais simplesmente ser avaliado listando temas estereotipados ou dando exemplos de tendências óbvias contra as minorias”.

Tomando como exemplo os dois maiores jornais brasileiros, em suas últimas edições no dia 20 de novembro, dia da consciência negra, a leitura desse material revela muito pouco das demandas eleitas pelos grupos que conceberam essa data. Restringindo-se ao lugar de maior destaque no jornal, as manchetes de sua capa (um dos lugares “preferidos” pelas fórmulas), recortam-se duas imagens, a partir das quais são extraídos os excertos E4 e E5:



Imagem 1: capa do jornal *Estado de S.Paulo*, 20/11/2015 (foto do autor).

E4: **Paladar. Focos de resistência.** Na Bahia ainda é possível provar a autêntica comida afro-brasileira.



Imagem 2: capa do jornal *Folha de S.Paulo* 20/11/2015 (foto do autor).

E5: Ilustrada. Eventos e livros celebram escritora favelada no Dia da Consciência Negra.

Em **E4**, as referências ao dia da consciência negra são apresentadas de forma bastante “folclórica”, transformadas em tema do caderno culinário “Paladar”. O subtítulo em negrito “Focos de resistência” parece remeter as lutas sociais e disputas de poder, devido ao sentido corrente do substantivo abstrato “resistência”. Entretanto, longe disso, o texto no interior do caderno irá discorrer sobre regiões remotas do interior baiano onde se podem degustar comidas típicas, com forte influência da culinária africana. Ao lado do enunciado, uma foto parcial de ingredientes aparentemente crus (mariscos e talos de cebolinha verde) em um recipiente de barro, numa composição que remete à rusticidade (poucos ingredientes e pouca sofisticação). A fórmula sequer é enunciada.

Em **E5**, “consciência negra” aparece como objeto da celebração da escritora Carolina Maria de Jesus. Não se celebra especificamente o dia da consciência negra, nem se sabe quem é o agente humano da celebração, pois são “livros e eventos” que celebram (não o 20 de novembro), mas sim a escritora. Atente-se para a ausência do artigo definido antes da denominação “escritora” que, aliada ao adjetivo “favelada” (amplamente em desuso em textos do campo jornalístico, dado ao seu caráter pejorativo) produz um efeito de indeterminação. O nome da escritora aparece em plano inferior ao do texto, em uma tipologia de tamanho menor, impresso em letras pretas sobre um fundo cinza (o enunciado que o antecede está impresso em letras brancas sobre um fundo laranja-avermelhado). A matéria no interior do caderno tratará de curiosidades e particularidades da literatura (postumamente reconhecida, ainda assim, principalmente no meio acadêmico e intelectual) de Carolina Maria de Jesus.

Além da temática, o verbo “celebrar” coloca esse último enunciado no mesmo discurso que promove o dia da consciência negra por meio da divulgação de eventos comemorativos, aliados ao fato de que na maioria dos municípios brasileiros, o dia 20 de novembro é feriado. Esse discurso circula mesmo em textos jornalísticos de menor tradição (mas de alcance considerável) como os blogs jornalísticos de cidades no interior dos estados. Nesses casos, aparecem reformulações da fórmula “Festa da Consciência Negra”, como em **E6**:

E6: A Festa da Consciência Negra, que ocorre no feriado municipal do dia 20 de novembro (sexta-feira), no bairro Cidade Nova, das 14h às 22h, terá shows de MC Gui, Netinho de Paula e Rick (que fazia dupla com Renner). A informação foi confirmada pelo vereador Givanildo Soares (PROS), autor da Lei que instituiu o “Dia da Consciência Negra” em Itu.¹¹

Embora não se alie aos discursos que sequer aceitam a denominação “consciência negra”, a visibilidade proporcionada por esse tipo de discurso “informativo” (menor nos grandes jornais dominado por uma elite intelectual e política, e um pouco maior nos textos jornalísticos menos tradicionais) ainda assim é criticada pelos ativistas do MN.

¹¹ Disponível em <<http://jornalperiscopio.com.br/site/index.php/festa-da-consciencia-negra-tera-shows-de-mc-gui-netinho-de-paula-e-rick/>> Acesso em 03/03/2016.

Para o posicionamento militante, os eventos comemorativos não contribuem concretamente para a diminuição do racismo ou melhoria das condições de vida da população negra, além de mascarar o que seria o principal motivo da data, ações em prol de conscientização sobre a natureza do racismo. Seguem alguns excertos ilustrativos desse discurso:

E7: Há os festeiros, aqueles que se alienam na festa (...) A mídia reforça a invisibilidade, o estereótipo e a distorção histórica e social dos fatos e da cultura negra, transformando tudo num apêndice do espetáculo consumista. (...) Para que serve um dia de feriado da “Consciência Negra”? Vamos à praia!¹²

E8: Acho que não deveria haver comemoração alguma, apesar de ser uma data referente a Zumbi dos Palmares, um representante dos negros. O principal é discutir o porquê de os negros ainda viverem às margens da sociedade. Desde 1888, quando a escravidão foi abolida, a situação mudou um pouco — mas muito pouco. Não falar sobre racismo é fechar uma cortina para a luta dos meus antepassados e de tantos outros negros que lutam diariamente por espaço. O que aconteceu comigo em março não foi inédito (após apitar um jogo do Esportivo, encontrou seu carro, no estacionamento do Estádio Montanha dos Vinhedos, em Bento Gonçalves, com bananas no capô e no cano de descarga). Só que dessa vez eu resolvi me manifestar, muito porque meu pensamento mudou depois que virei pai. Como eu vou passar esse ensinamento para o meu filho se, diante de uma situação dessas, eu fraquejei? Entrei com uma ação na Justiça e acho que a punição dos envolvidos vai ser um marco no nosso Estado. (...) Um negro ser chamado de macaco não é normal. Só quem é negro sabe o quanto é doloroso.¹³

E9: Não há o que festejar no Dia da Consciência Negra quando 70,8% da população que vive em extrema pobreza no país é negra.
Não há o que festejar no Dia da Consciência Negra quando 60% da população carcerária é negra.
Não há o que festejar no Dia da Consciência Negra quando a chance de um jovem negro ser assassinado é 139% maior que a chance de um jovem branco.
Não há o que festejar no Dia da Consciência Negra quando a renda média da mulher negra equivale a 30,5% do que ganha um homem branco.
Não há o que festejar no Dia da Consciência Negra quando no ensino superior brasileiro, independente da faixa etária, apenas 8,9% dos estudantes são negros.
(...) Nós não queremos festa, nós queremos justiça, direitos, oportunidades, reparação. Dia 20 de novembro não é dia de festa!¹⁴

No excerto **E7** (texto publicado no blog do grupo ativista Geledés), as comemorações são consideradas fonte de alienação e transformariam a causa negra em um “apêndice do espetáculo comunista”, ao mesmo tempo em que a mídia (em sentido corrente, as grandes mídias de comunicação) promove a “invisibilidade da história e da cultura negra” – o que, de certa forma, pode ser confirmado ao se levar em conta, por exemplo, o pouco relevo dado à data pelos recortes jornalísticos considerados em E4 e E5.

¹² Texto integral disponível em: <<http://www.geledes.org.br/para-que-serve-o-20-de-novembro>> Acesso em 03/03/2016.

¹³ Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/11/o-dia-da-consciencia-negra-e-uma-data-para-comemorar-ou-para-reivindicar-4646206.html>> Acesso em 03/03/2016.

¹⁴ Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/11/sobre-o-esquenta-da-rede-globo-festejando-o-dia-da-consciencia-negra/>> Acesso em 03/03/2016.

De forma semelhante, no depoimento em **E8**, publicado no site do jornal Zero Hora, um árbitro e comentarista do Grupo RBS fala da importância de se discutir o racismo nessa data, em detrimento às comemorações. Ele inclusive se vale do espaço oferecido pelo site para tornar pública sua experiência pessoal como vítima de ato racista e também como requerente de seus direitos na esfera judicial. O relato em questão é um exemplo bastante prototípico do discurso do MN, pois se constitui de enunciados que destacam questões e temas caros à militância negra como as menções a Zumbi dos Palmares (predicado como “representante dos negros”), o regime escravagista (cuja abolição, segundo o relato, não trouxe efetiva melhora às condições de vida dos negros. Note-se a presença do advérbio de tempo “ainda” que funciona aproximando a situação de violência extrema que foi o período de escravidão à situação atual dessa parte da população: “o principal é discutir o porquê de os negros **ainda** viverem às margens da sociedade”), a luta pelos direitos civis básicos (“a luta dos meus antepassados”, “negros que lutam diariamente por espaço”), manifestação, discussão, punição aos agressores, não fraquejar, entre outros. Os breves exemplos citados se aliam ao fato de que o próprio gênero relato pessoal torna a temática mais próxima do leitor, torna as cores mais vivas, poder-se-ia dizer, uma vez que presentifica a carga emocional envolvida na agressão: a aparente presença do filho no momento em que encontrou o carro depredado, o detalhamento da agressão (“ser chamado de macaco não é normal”) e os sentimentos envolvidos (“só um negro sabe o quanto é doloroso”).

Outro exemplo de caráter assertivo é o texto publicado em “blogueiras feministas” (**E9**), em que se repete inúmeras vezes o enunciado “Não há o que festejar no Dia da Consciência Negra quando X”, onde X é substituído por estatísticas que comprovariam as condições insalubres enfrentadas pelos negros. Ao mesmo tempo em que combate as manifestações festivas em relação ao 20 de novembro, o texto funciona metadiscursivamente como um exemplo de como deveriam ser as postagens e a temática (a partir desse posicionamento militante) priorizadas nessa data: enfrentamento em forma de denúncia, proposta (ou, pelo menos, visibilização) de uma pauta de reivindicações, qual seja, “justiça, justiça, direitos, oportunidades, reparação. Dia 20 de novembro não é dia de festa!”. A presença de números e percentuais em **E9** produz um efeito de veracidade ao qual os discursos militantes frequentemente recorrem. Embora não se apontem as fontes dos números ou os autores das pesquisas que os embasam, o texto constrói (e se legitima por meio de) um *ethos* científico, um tanto “estatístico” e “documental”, associado, por outro lado, a uma cenografia de militância, típica das exposições orais pungentes, em contextos públicos de ativismo político. O resultado é que o texto, produzido no interior de uma cenografia específica, controla/gera sua própria enunciação, construindo o efeito de que o que está sendo enunciado não poderia ser feito de outra forma, senão aquela em que é apresentada. Paradoxalmente, o texto, por meio da cenografia (e do *ethos* por ela implicado), constrói e legitima seu próprio contexto discursivo¹⁵.

¹⁵ Diferentemente da retórica, que relacionou o *ethos* à oralidade, Maingueneau propõe que os textos escritos têm uma “vocalidade” específica que possibilita relacioná-la a uma caracterização de certa corporalidade do enunciador, historicamente especificada, que se manifesta por meio do discurso e não pode ser concebida como um estatuto, mas como uma “voz”, um “tom”. A partir de uma cenografia específica, esse enunciador atesta o que é dito por meio de seu “tom” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 64).

Guardadas as diferenças, o discurso militante e anti-festividades no dia da consciência negra pode ser comparado ao discurso feminista que rejeita as celebrações do dia 08 de março, dia internacional da mulher, em que se presenteiam rosas ou que se fazem “promoções” em salões de beleza. Para as feministas, esse dia deve ser lembrado com manifestações, comícios e discussões públicas em favor da garantir os direitos mulheres, muito frequentemente, direitos humanos que lhes são negados.

Em suma, entre os discursos que de alguma forma “aceitam” e contribuem para a circulação da fórmula “consciência negra”, a análise permitiu identificar dois principais posicionamentos:

- (a) um posicionamento que demanda ativismo político (engajamento, discussões no espaço público, protestos, marchas etc.)
- (b) um posicionamento que prima pela celebração desse dia como uma data comemorativa (dia de festas, música, desfiles de moda, concursos de beleza negra etc.).

O primeiro se incumbe de tornar públicas as injustiças cometidas pela dominação branca sobre os negros, as desigualdades sociais que são reproduzidas ainda hoje, os cotidianos casos de racismo, e assim por diante. Tem circulação restrita aos blogs pessoais, espaços de militância e, eventualmente, de maneira também reduzida, aos espaços intelectuais.

O segundo, de certa forma, contribui para o apagamento das demandas do movimento negro e de certos sentidos que remetam às lutas, às injustiças sociais e históricas sofridas. Ele está presente na maioria absoluta dos grandes jornais, revistas e programas jornalísticos.

Esses resultados nos levam a um problema adicional, com o qual lidamos na etapa presente da pesquisa: ao invés de considerar que se trata de dois posicionamentos no interior de um mesmo discurso pró consciência negra, a acentuada desproporcionalidade com que os textos produzidos a partir desses dois posicionamentos ocupam o espaço público, além de outras aspectos, como o fato de o primeiro promover a invisibilidade daquilo que pode ameaçar a reprodução das diferenças sociais que sustentam a elite dominante, torna-se mais produtivo considerar essas duas vertentes como, de fato, dois discursos diferentes, funcionando (e identificáveis) a partir da fórmula “consciência negra”.

Esquemáticamente, as hipóteses podem ser representadas da seguinte forma:

Tabela 01: um discurso contrário à “consciência negra” e um discurso pró consciência negra dividido em dois posicionamentos

Discurso contrário à consciência negra”	Discurso pró “consciência negra”	
Rejeita a fórmula “consciência negra”; Opõe-se às demandas do movimento negro;	Aceita a fórmula; Promove comemorações no dia da consciência negra; Não atende às demandas no movimento negro; Não promove manifestações;	Aceita a fórmula; Rejeita comemorações no dia da consciência negra; Dá destaque às demandas do movimento negro; Promove manifestações;

Tabela 02: três discursos sobre “consciência negra”

Discurso contrário à “consciência negra”	Discurso que se apresenta como “neutro”	Discurso pró “consciência negra”
Rejeita a fórmula “consciência negra”; Opõe-se às demandas do movimento negro;	Dissimula a fórmula; Promove comemorações no dia da consciência negra; Não atende às demandas no movimento negro; Não promove manifestações;	Aceita a fórmula; Rejeita comemorações no dia da consciência negra; Dá destaque às demandas do movimento negro; Promove manifestações;

Antes de concluir, insistimos que se trata de um *corpus* parcialmente analisado: para aprofundar a especificação dos discursos aqui considerados, resta explorar o processo de gênese e constituição da fórmula “consciência negra” (cuja abordagem inicial foi feita em Oliveira e Salgado, 2016), tendo em vista sua acontecimentalidade (como um acontecimento de longa duração, conforme exposto em Foucault, 1972) e as diferentes temporalidades dos discursos (como proposto em Possenti, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados do material analisado permitem afirmar que as mídias concentram muito mais atenção aos problemas atribuídos à população negra (conforme já comentado, problemas associados à pobreza e às diferenças sociais) do que às experiências e perspectivas que advêm dos próprios negros. Assim, o destaque que os textos do campo jornalístico dão à desigualdade socioeconômica “histórica” dos negros parece vitimizá-los e colocá-los na posição de quem espera unicamente ajuda econômica do Estado, o que mantém (e limita) a questão das práticas racistas às diferenças entre ricos e pobres e apaga (ou coloca em segundo plano) os atos de violência racial como o relato em E8.

Quando se noticia uma prática racista, ela é atribuída a indivíduos isolados na extrema direita, ou simplesmente dissimulada, e até mesmo negada, sob a forma de construções linguístico-discursivas eufemísticas (OLIVEIRA, 2015).

Nesse sentido, a circulação da fórmula “consciência negra” escapa da naturalização do racismo como produto da desigualdade socioeconômica e torna possível lidar com a complexidade que caracteriza o funcionamento do racismo no Brasil. Por sua própria natureza heterogênea – por exemplo, o caráter polêmico deflagrado pelo significante partilhado e pelo significado disputado – a fórmula discursiva se elege como um objeto de grande interesse para estudos nas áreas de ciências sociais, letras e linguística, história, comunicação, jornalismo e afins.

Especificamente na área dos estudos do discurso, também é possível afirmar, como ganho adicional da análise em conclusão, que a noção de fórmula permite problematizar a questão da constituição de *corpus*, que dificilmente corresponderá a uma unidade pré-existente, mas sim a um espaço sobretudo instável e heterogêneo, construído a partir das próprias hipóteses do analista (característica das unidades não-tópicas, tais como descritas por Maingueneau 2008b). Assim, o material, de certo modo, obriga o analista a manipular fragmentos de diferentes discursos e de diferentes temporalidades e durações, o que conduz à problematização das noções de História e também de acontecimento no seio da análise do discurso, assumindo a abordagem transdisciplinar que caracteriza a AD há várias décadas, mas comumente deixada de lado para marcar a adesão a uma ou outra filiação dentro do próprio campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGERMULLER, J. (2013). *Analyse du discours poststructuraliste*. Limoges: Lambert-Lucas.
- AZEVEDO, T. (1953). *Les de couleur dans une ville brésilienne*. Paris: UNESCO.
- FOUCAULT, M. (1972). Retornar à história. In: *Ditos e Escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. pp.282-295.
- FREYRE, G. (1933). *Casa-Grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schimidt.
- GUIMARÃES, A. S. (2009). *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 3ª edição.
- KAMEL, A. (2006). *Não somos racistas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- KRIEG-PLANQUE, A. (2010). *A noção de fórmula em Análise do Discurso: quadro teórico e metodológico*. São Paulo: Parábola Editorial.
- MAINGUENEAU, D. (1984). *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004..
- MAINGUENEAU, D. (2008a). Problemas de ethos. In: *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial. pp. 55-73.

- MAINGUENEAU, D. (2008b). Unidades tópicas e não-tópicas em Análise do Discurso. In: *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial. pp. 11-26.
- MOTTA, A. R. & SALGADO, L. S. (orgs.) (2001). *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto.
- OLIVEIRA, H. (2015). Índícios de atopia discursiva no funcionamento do discurso racista. *Revista da ABRALIN*, v.14, n.3, p. 371-387.
- OLIVEIRA, H. & SALGADO, L. S. (2016). Conscience noire: une formule pour discuter le racisme au Brésil. *Repères-Dorif*, artigo aceito para publicação.
- POSSENTI, S. (2015). Durações históricas e suas relações com o público e o privado. In: LARA & LAMBERTI (orgs.). *Discurso e desigualdade social*. São Paulo, Contexto. pp. 49-60.
- SALGADO, L. S. (2015). Práticas discursivas e consumo: reflexões sobre a customização massiva, feita “só pra você”. In: BARONAS et. Al. (orgs.). *Análise do Discurso: continuidades, calibrações, interfaces*. São Paulo: Paulistana/Fapesp.
- SKIDMORE, T. E. (1974). *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought*. Nova York: Oxford University Press.
- VAN DIJK, T. (1991). *Racism and the press*. London: Routledge.
- VAN DIJK, T. (org.) (2008). *Racismo e discurso na América Latina*. S. Paulo: Contexto.
- VAN DIJK, T. (2015). Discurso das elites e racismo institucional. In: LARA & LAMBERTI (org.) *Discurso e desigualdade social*. São Paulo, Contexto. pp. 31-48.